DOI: 10.22411/rede2016.1001.03

REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA ISSN: 1982-5528

Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br Fortaleza, BRA

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PODE SER UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL?

Can community based tourism be a path to local development?

Maíra Batista Braga[1]
Vanice Santiago Fragoso Selva[2]

RESUMO:

No Litoral do Nordeste brasileiro o turismo tem se expandido modificando lugares, de forma que localidades que são espaços de vida de comunidades são transformadas em lugares turísticos. Quando segue apenas a lógica do capital e não são considerados os anseios da população, o turismo tende a ser globalizado e massivo, alterando dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ecológicas do lugar, por vezes excluindo populações dos novos processos instalados. Em contraposição, emerge o Turismo de Base Comunitária (TBC), baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável local e inclusão social, proporcionando benefícios socioeconômicos a partir de vivências em ambientes naturais e socioculturais locais. Partindo de pesquisa bibliográfica, visitas a campo, observações, entrevistas, oficinas participativas e análises de conteúdo, buscou-se conhecer iniciativas de TBC, destacando-se as experiências de Porto de Pedras/AL e de Ponta Grossa, Icapuí/CE. Com base nos resultados obtidos a partir das experiências estudadas, admite-se que o TBC pode ser uma interessante e importante alternativa para o desenvolvimento local de comunidades e municípios, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT:

In the Northeast coast of Brazil, tourism has expanded modifying places, in a way that localities that are living spaces of communities are transformed in touristic attractions. When just the dynamics of Capital is followed and people's aspirations are not taken into consideration, tourism tends to be globalized and massive, changing social, cultural, economical and ecological dynamics of the place, sometimes excluding populations from the newly established processes. In opposition to that, Community-Based Tourism (CBT) emerges based on the principles of local sustainable development and social inclusion, providing socio-economic benefits from experiences in natural and socio-cultural local environments. Starting from literature review, visits, observations, interviews, workshops and content analysis, highlighting the experiences of Porto de Pedras / AL and Ponta Grossa, Icapui / CE, the study investigated CBT initiatives. Based on results from the studied experiences, it is assumed that CBT can be an interesting and important alternative to local community and counties development from the perspective of environmental sustainability.

Keywords: Community-Based Tourism. Sustainable Development. Local Development.

[1] Turismóloga, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Consultora e pesquisadora associada da Fundação Mamíferos Aquáticos. mairabbraga@gmail.com

[2] Pós Doutora em Geografia pela Universidade Nova de Lisboa. Professora da Universidade Federal de Pernambuco e coordenadora do Laboratório de Pesquisas Integradas de Gestão Ambiental. vanice.selva@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o fenômeno turístico num sentido amplo, discutindo processos de inclusão/exclusão social decorrentes da turistificação de espaços, apontando o Turismo de Base Comunitária como uma possibilidade de alternativa para a realização da atividade na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. A análise foca, sobretudo, o Litoral do Nordeste brasileiro, onde podem ser observadas algumas práticas de Turismo de Base Comunitária que resultam da busca de comunidades pela sua inserção na atividade turística, incorporando as suas práticas sociais num "modelo alternativo", de turismo associativo, direcionado, na sua condução comunitária, para a inclusão social, geração de benefícios socioeconômicos e conservação ambiental.

Como atividade social e econômica, o turismo cria territórios turísticos para se reproduzir, promovendo a turistificação de lugares. Tendendo a seguir a lógica do capital, esse processo muitas vezes é impulsionado por grupos hegemônicos, que impõem o modelo de turismo de massa e globalizado, de maneira que as comunidades locais têm sido historicamente excluídas - processo esse que acontece muitas vezes com o respaldo do poder público, que tem o papel de coordenar a produção do espaço turístico. Há alguns casos de territórios turísticos em que as populações são absorvidas na atividade, mas de forma "marginalizante" ou pouco representativa quanto à geração de benefícios locais, sendo contempladas apenas como mão de obra menos qualificada e não inseridas como atores sociais ativos e estratégicos no processo.

O território turístico, assim como as políticas públicas, é condicionado por relações de poder, necessidades e interesses sociais, econômicos e políticos, por vezes configurando contradições e conflitos socioambientais, o que requer um planejamento que considere políticas públicas eficazes no ordenamento e na gestão de territórios turísticos.

O planejamento turístico, que deve ser inerente à implementação de políticas púbicas em qualquer destino, para seu desenvolvimento adequado e sua sustentabilidade, deve envolver os atores sociais locais de forma participativa na tomada de decisões, de maneira a diminuir os possíveis impactos negativos e conflitos socioambientais e ampliar os benefícios decorrentes da atividade. Há ainda que se considerar que as políticas públicas do turismo são multissetoriais e de complexa implementação, precisando estar sempre articuladas com outras políticas. Visando que os objetivos do turismo sejam alcançados, o planejamento precisa ser integrado aos demais setores econômicos e deve envolver de forma articulada os diferentes produtores do espaço, como comunidades receptoras, iniciativa privada e governos (municipais, estaduais e federal).

Uma estrutura de gestão colegiada pode estar centrada no município receptor, conforme o Modelo de Gestão Descentralizada do Turismo, constante na Política Nacional do Turismo. Para a efetivação das políticas públicas e gestão do turismo, algumas estruturas administrativas são importantes, como a existência de secretaria ou diretoria de turismo, conselho de turismo e fundos de apoio ao turismo. Mas em muitas situações essas estruturas, principalmente nos municípios, são fragilizadas ou inexistentes. O que tem se observado nos municípios litorâneos da Região Nordeste, de forma geral, é uma baixa participação social, evidenciando-se também desarticulação entre políticas públicas e superposição de ações. Em alguns casos até existem mecanismos de participação, como instâncias de governança regional e colegiados municipais, mas são comuns conflitos gerados por grupos que se apropriam dos espaços das instâncias colegiadas para defenderem seus interesses (SELVA, 2012).

Entretanto, em contraposição ao turismo de massa e globalizado, voltado à acumulação capitalista, observam-se alguns movimentos sociais em busca de inserção de grupos comunitários nas práticas relacionadas ao turismo, visando a organização de populações

locais para participarem ativamente da atividade, beneficiando-se dela não apenas como empregados, mas também como empreendedores e atores que participam de processos de planejamento e decisões compartilhadas, definindo se querem a atividade turística em seus territórios e que tipo de turismo desejam, caminhando no sentido de uma inclusão social efetiva. Neste caso, o território turístico é produzido por comunitários, que atuam no planejamento e execução da atividade, algumas vezes como empreendedores associativos. É um turismo que emerge de iniciativas locais, que se diferenciam conforme os objetivos, as realidades de cada lugar e as formas de organização das localidades. Para que os benefícios sociais, econômicos e ecológicos do Turismo de Base Comunitária ocorram, é fundamental que as políticas públicas de turismo sejam desenvolvidas a partir do planejamento participativo e de forma integrada, de modo que a política seja apropriada pelas comunidades e assim seja garantida a sua manutenção.

Comunidade neste artigo é entendida como um grupo de pessoas que desenvolvem suas práticas sociais em uma localidade, que se organizam em torno de objetivos comuns e se agregam para a inserção social e busca de alternativas de renda para a melhoria da sua qualidade de vida. Mais especificamente, moradores de aglomerados de localidades litorâneas que se organizam para se inserir na atividade turística.

É com esse olhar que se propõe neste artigo a refletir se as práticas de Turismo de Base Comunitária, empreendidas e realizadas por comunidades, podem indicar caminhos para o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

Visando ampliar a visão sobre as questões inerentes ao turismo e ao desenvolvimento local de comunidades a partir do turismo por elas praticado, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que permeou estudos sobre inclusão e exclusão social no turismo, turismo sustentável e desenvolvimento local, com um olhar voltado para as possibilidades que as atividades turísticas nas comunidades litorâneas indicam, no sentido da promoção do desenvolvimento das mesmas, de forma contextualizada localmente.

Para conhecer práticas de Turismo de Base Comunitária realizadas no Litoral do Nordeste brasileiro, foi inicialmente realizada uma pesquisa pela *internet* em periódicos e em sítios eletrônicos que pudessem relatar tais iniciativas. Posteriormente, visando aprofundar o conhecimento e as análises, buscou-se selecionar duas iniciativas de TBC, tendo como referência os seguintes critérios: experiências consolidadas de TBC desenvolvidas no Litoral do Nordeste; práticas comunitárias e coletivas/associativas de turismo; atuação em fóruns de turismo/meio ambiente; cultura praieira, aspectos naturais e jeito de ser da comunidade como principais atrativos; e melhoria da qualidade de vida em decorrência do TBC.

Na pesquisa realizada destacou-se a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum, que articula e apoia experiências de TBC neste estado. Selecionou-se a experiência da comunidade de Ponta Grossa, no Litoral Leste do Ceará, que entre as doze comunidades que integram a Tucum, foi uma experiência que apresentou indicativos de iniciativa local consolidada, práticas comunitárias associativas de turismo e atuação em fóruns de turismo/meio ambiente. Os mesmos critérios foram adotados para a escolha da comunidade de Porto de Pedras, no Litoral Norte do estado de Alagoas, sendo que esta não integra nenhuma rede formal de TBC, embora participe de diversas articulações com parceiros para a realização de ações socioambientais locais.

Para este estudo, foi dado foco às iniciativas associativas, entretanto com o olhar ampliado e contextualizado nas suas interfaces com as realidades locais. Em Ponta Grossa destaca-se a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (ASTUMAC) e em Porto de

Pedras destaca-se a Associação de Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho (Associação Peixe-Boi).

Foram realizadas visitas às duas localidades e associações para observação direta, conversas informais, registros fotográficos, vivência dos serviços turísticos e aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos presidentes das iniciativas selecionadas e aos gestores de turismo municipais, além de realizadas oficinas participativas junto aos associados, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da realidade destas comunidades.

Para as oficinas, foram utilizadas algumas técnicas de facilitação baseadas no modelo de abordagens participativas, que contribuíram para a condução e sistematização das experiências. Foi utilizada a técnica da linha do tempo, a partir da qual os associados contaram a história das suas iniciativas de TBC, segundo suas percepções, destacando os momentos mais relevantes. Foi feita também a construção dialogada do conceito de TBC a partir de seus entendimentos e suas práticas, sendo realizado um paralelo com o conceito formal apesentado por Coriolano (2003), além de vídeo-debates sobre experiências de TBC que ocorrem em outras localidades litorâneas do Nordeste.

Buscou-se, assim, entender a complexidade das iniciativas e das práticas associativas desenvolvidas a partir das localidades onde estão inseridas e a relação com o turismo realizado, além da relação destas iniciativas com a gestão municipal e suas participações em espaços de políticas públicas, a exemplo de conselhos de turismo, de meio ambiente e de Unidades de Conservação. Foram observados também os processos de instalação e desenvolvimento das iniciativas de TBC.

Sendo essa uma pesquisa qualitativa e tendo em vista a riqueza das informações obtidas através das diversas técnicas empregadas, optou-se por utilizar como método a análise de conteúdo (BARDIN, 1979) obtido com base nas oficinas e entrevistas realizadas. Considerando as técnicas empregadas e os critérios definidos, se utilizou a triangulação de métodos (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2010) como estratégia de entender e explicar os diferentes aspectos que o tema pesquisado envolve e os diferentes pontos de vista.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A RELAÇÃO COM O AMBIENTE

O turismo, em suas diversas formas de manifestação, como cultural, ecológico, histórico, comunitário, rural ou de aventura, apresenta uma forte relação com o meio ambiente, em seu significado mais amplo, sendo o ambiente (natural e cultural), o principal elemento condicionante da atividade turística, representando o espaço onde ocorre e um importante fator motivacional para a presença dos visitantes (LOUREIRO et al., 2003).

A relação sociedade-ambiente pode ser observada na atividade turística, nas relações que se estabelecem entre ser humano, como sujeito social, e o meio físico do local visitado, sob o qual incidem diversas formas de expectativas, percepções, vivências e práticas. A valorização e a manutenção da atratividade dos destinos turísticos, através do planejamento participativo, evita danos ambientais e sociais e até otimiza os benefícios. É nessa perspectiva que surge o ecoturismo e o turismo comunitário como alternativas ao turismo de massa, tendo em vista que estes são baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável local.

O turismo de massa, globalizado e convencional é voltado à acumulação de capital, com uso intensivo dos recursos naturais e recebe os maiores investimentos de recursos financeiros e foco das políticas públicas, comumente ocasionando processos de exclusão social de populações da região. Mas este modelo de turismo, que na sua prática se apresenta como excludente, deixa lacunas a serem preenchidas por grupos de pouco poder aquisitivo, as comunidades locais, que às vezes empreendem um tipo de turismo voltado a um público de

menor exigência de consumo, mas que prima por experiências de vivências verdadeiras do ambiente local, incluindo paisagens, culturas e pessoas (CORIOLANO, 2006).

É neste contexto que o Turismo de Base Comunitária tem crescido e está ganhando visibilidade na academia, na mídia e, lentamente, no setor público, no mundo e em particular na América Latina, caminhando numa forma diferenciada de estruturar e comercializar o produto turístico, empreendido localmente, gerando maiores benefícios socioeconômicos para as comunidades receptoras e sendo referenciado como exemplo de desenvolvimento local, na perspectiva da sustentabilidade (BARTHOLO, 2011).

O Turismo de Base Comunitária é um tema relativamente recente nos estudos científicos, ocorrendo ainda lacunas do conhecimento sistematizado e ampla diversidade de conceitos, o que pode ocasionar confusões na definição de práticas e políticas para o segmento. Autores e instituições que trabalham esta temática, como Bartholo (2011), BRASIL (2010), Rede Tucum (2013), WWF Brasil (2003) e Projeto Bagagem (2014), fazem referências a princípios e conceitos do TBC, apresentando abordagens complementares.

Diante da diversidade de abordagens, adota-se neste artigo o conceito trabalhado por Coriolano (2003), que tem dado grandes contribuições nesta temática:

> "Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida." (p. 41)

É importante observar e reconhecer que embora as iniciativas de TBC apresentem semelhanças em função de princípios comuns, elas tendem a se diferenciar, considerando que ocorrem em contextos territoriais e históricos distintos e em realidades sociais, econômicas, ecológicas, políticas e com vocações turísticas diferentes. Podem surgir a parir de conflitos socioambientais ou a partir de visualização de oportunidades e empreendedorismo. Podem iniciar por um movimento próprio da comunidade local ou com o incentivo e apoio de organizações parceiras. Podem ser mais isoladas e autossuficientes ou manter-se em diálogo com o turismo convencional. Portanto, considerando que o TBC pode ocorrer de formas distintas, de acordo com os processos vivenciados em cada localidade, é necessário reconhecer as iniciativas de TBC em seus diferentes perfis, realidades e fases de desenvolvimento.

Recentemente o tema Turismo de Base Comunitária tem sido objeto de diversas pesquisas acadêmicas; organizações sociais têm apoiado o desenvolvimento de iniciativas de TBC; comunidades têm buscado a concretização dessas práticas; e as políticas públicas começam a melhor perceber sua importância, incorporando, ainda que lentamente, algumas diretrizes no sentido de apoiar iniciativas e discussões neste sentido. Este movimento é crescente em quantidade de iniciativas de TBC no mundo, na América Latina e especialmente no Brasil, e também é crescente em qualidade, tendo em vista que as experiências e as trocas de conhecimentos têm gerado um amadurecimento gradativo sobre o tema, sob o ponto de vista teórico e prático.

Na América Latina, destacam-se experiências de TBC no Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Brasil. No Brasil, o tema Turismo de Base Comunitária vem sendo trabalhado de forma mais sistematizada a partir dos anos 2000, sendo que tem se tornado conhecido mais amplamente, mais discutido cientificamente e mais praticado nos últimos dez anos.

O Brasil, com sua grande extensão territorial e vasta diversidade cultural e de paisagens naturais, tem desenvolvido iniciativas de TBC em distintas realidades socioespaciais, nas várias regiões e biomas, em ambientes litorâneos, rurais e urbanos. Algumas iniciativas brasileiras estão mais consolidadas, como a Acolhida na Colônia (SC), o Projeto Saúde e

Alegria (PA) e o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). Outras iniciativas funcionam como redes de articulação e apoiam inclusive a capacitação, o planejamento e a comercialização de produtos e serviços de TBC empreendidos pelas comunidades. Tem-se como exemplos a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - Turisol; o Projeto Bagagem; e a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Tucum, que são as principais redes de iniciativas de TBC no país. Em Pernambuco existe a Rede de Turismo Sustentável do Projeto Turismo da Gente, coordenada pelo ICEI-Brasil. Na América Latina destaca-se a REDTURS (*Red de Turismo Rural Sostenible Comunitario*).

Na região Nordeste do Brasil, o estado que mais se destaca com as práticas do TBC é o Ceará, com a Rede Tucum, que agrega doze comunidades deste estado, incluindo pescadores, indígenas e moradores de assentamentos rurais, além de duas hospedagens solidárias em Fortaleza e duas ONGs que dão apoio institucional à Rede. A Rede Tucum atua na área de formação/capacitação, busca de melhoria de infraestrutura, promoção dos produtos e serviços, articulação com outras redes e relação com operadores do turismo, além de apoiar a comercialização dos serviços turísticos oferecidos pelas iniciativas que integram a Rede. (REDE TUCUM, 2014).

No contexto da Rede Tucum, a comunidade da praia de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí, Litoral Leste do Ceará, se destaca pela iniciativa organizada por moradores que empreenderam e se inseriram nas práticas turísticas, valorizando sua história de luta pela terra e suas potencialidades naturais. No estado de Alagoas, destaca-se uma experiência de TBC que vem se consolidando cada vez mais no Litoral Norte, no município de Porto de Pedras, onde há a prática do turismo de observação do peixe-boi marinho.

As duas iniciativas de TBC destacadas, que são objetos de estudo dessa pesquisa, se assemelham por serem empreendidas e coordenadas por comunidades locais no litoral nordestino, onde as belezas naturais, associadas à cultura e ao jeito de ser das comunidades, constituem os principais atrativos. Entretanto, é importante observar que se apresentam com características que as diferenciam quanto à forma de se organizarem para as práticas de turismo, tendo em vista que os processos de implantação e desenvolvimento de TBC são diferenciados de uma localidade para outra.

Embora aqui tenham sido brevemente abordadas experiências de TBC do Ceará e de Alagoas, é válido ressaltar que outras iniciativas têm sido desenvolvidas em outros estados nordestinos, como Pernambuco, Bahia, Paraíba, Sergipe, entre outros.

O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

A preocupação com a questão ambiental tem se intensificado desde a década de 1970, quando se percebeu que o crescimento econômico alcançado por alguns países e almejado por outros já acarretava sérias consequências para o meio ambiente e para a sociedade. Diante da constatação de que os recursos naturais são limitados, da degradação ambiental, do crescimento populacional e da concentração de riquezas, começou-se a perceber que o desenvolvimento econômico não é garantia de qualidade de vida e que o modelo de desenvolvimento capitalista vigente traz em si graves consequências, que resultam na insustentabilidade a médio e longo prazos. Nessa década surgiram as primeiras discussões, mundialmente, sobre sustentabilidade, a partir do questionamento sobre o modelo de desenvolvimento vigente, que faz com que excessos de riquezas e de pobrezas colaborem para a exclusão social e para a degradação ambiental, num processo de privatização dos lucros e socialização das perdas. Sendo assim, ocorre a intensificação das desigualdades sociais, ampliando a diferença socioeconômica entre os extremos mais ricos e a linha da pobreza.

Mas não é suficiente apenas o reconhecimento de que muitas práticas adotadas na busca do crescimento econômico são extremamente nocivas aos recursos naturais, às comunidades locais e à humanidade como um todo. É preciso reconhecer a necessidade e possibilidade de mudanças de paradigmas quanto aos padrões de consumo, relações sociais e formas de lidar com o ambiente. Faz-se necessária uma reformulação nas expectativas, ações e políticas, para encontrar alternativas de desenvolvimento pautadas na perspectiva da sustentabilidade.

Neste contexto, gestores e executores do turismo possuem uma considerável parcela de responsabilidade, pois o seu desenvolvimento, enquanto atividade socioeconômica, promove transformações nas realidades sociais, nos ecossistemas e nas paisagens, podendo, se não planejado na perspectiva da sustentabilidade, ocasionar a redução da biodiversidade e a descaracterização do ambiente, das culturas e identidades locais. É o que ocorre muitas vezes quando o turismo é realizado visando grandes volumes de visitantes, na ótica meramente capitalista e na intenção de maximização e concentração de lucros, sem primar pela qualidade das experiências e pela ampliação dos benefícios locais.

Assim, o turismo convencional ou de massa passou a ser duramente criticado por sua orientação não-local e pelo fato de que pouco do dinheiro gasto nos destinos é efetivamente revertido em benefícios para as populações locais. Decorrente dessa insatisfação, emerge uma nova forma de pensar o turismo, como uma atividade que gera benefícios socioambientais, o que inicialmente chamou-se de turismo alternativo. O turismo alternativo teve como filosofia a ênfase na demanda por um ambiente não degradado e a consideração das necessidades das populações locais, buscando garantir que as políticas de turismo não se concentrassem apenas nas necessidades econômicas e técnicas (KRIPPENDORF apud FENNEL, 2002).

O turismo alternativo busca por um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, justo e almeja um novo paradigma de consumo e de relação com os ambientes e as pessoas, tendo suas bases no chamado desenvolvimento sustentável.

As expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade têm sido bastante discutidas desde a década de 1980, a partir de diversas perspectivas. A primeira menção ao desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, durante a II Conferência de Educação Ambiental, em Moscou, que gerou o Relatório de *Brundtland*, também chamado de Nosso Futuro Comum. Segundo a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que elaborou este relatório,

> "O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas" (ONU, 1991).

Em 1995 Sachs imprimiu ao desenvolvimento as noções de "durável ou viável a partir de um enfoque que responde a três critérios fundamentais: a) primazia da equidade social; b) respeito às regras e prudência ecológica; e c) eficiência econômica" (SANTOS; CAMPOS, 2003, p.162). Esses critérios formam o tripé que constitui o alicerce conceitual da sustentabilidade, fazendo referência às questões sociais, ecológicas e econômicas – fatores estes que são fundamentais de serem observados no planejamento e nos processos de desenvolvimento de iniciativas turísticas. O desenvolvimento sustentável, portanto, presume o equilíbrio entre essas dimensões, numa visão sistêmica, integrada e interdependente.

Considerando a complexidade do sistema e da rede de relacionamentos dos elementos que o compõem, assim como os diversos enfoques e perspectivas da aplicação prática e análise da sustentabilidade, de acordo com cada realidade e abordagem, as formulações teóricas sobre sustentabilidade foram ampliadas, fazendo referência a outras dimensões. O próprio Sachs (1997) passa a abordar o desenvolvimento sustentável a partir de cinco

dimensões: social, econômica, cultural, ambiental e espacial. Guimarães (2003) amplia o olhar e aborda sete dimensões da sustentabilidade: ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional.

De toda forma, a sustentabilidade discutida busca indicar a manutenção e permanência de elementos ou iniciativas, no sentido de condição de continuidade, numa relação de relativo equilíbrio entre as diversas dimensões.

A noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável levantou o debate sobre o desenvolvimento na escala humana, ampliando-se o horizonte das abordagens e da expectativa de desenvolvimento para além da visão econômica e aumentando os diálogos entre governos e diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento ao trazer a abordagem além da visão econômica aponta para um desenvolvimento local, que deve resultar das relações humanas, do desejo, da vontade e das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar uma melhor qualidade de vida. É, portanto, um desenvolvimento local, produzido pelas pessoas do lugar e pretende ser inclusivo e sustentável, tendendo a se afirmar como alternativa aos modelos dominantes. Destaca Sen (2000), que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, das escolhas que podem fazer.

Desenvolvimento local ou na escala humana são expressões que têm sido utilizadas por alguns autores para abordagens sobre o desenvolvimento de localidades na perspectiva da sustentabilidade, envolvendo processos de empoderamento das comunidades, estímulo a atividades econômicas produtivas e participação social. Segundo Zapata (2000),

> "os três eixos do desenvolvimento local - formação do capital humano e social, o desenvolvimento produtivo do território e a concertação para a gestão participativa, nas suas interdependências e complementaridades – devem favorecer a visão de futuro dos atores locais." (p. 43)

Agregando processos de valorização das culturas, identidades, inclusão, participação e potencialização de arranjos produtivos locais em consonância com a conservação ambiental, as estratégias de desenvolvimento local visam o alcance de uma nova territorialidade, com contextos socioambientais equilibrados, onde as comunidades obtenham renda, mas ao mesmo tempo melhorem socialmente.

Nos processos de desenvolvimento local, as parcerias, trocas e trabalhos em redes de ajuda mútua são considerados importantes, por fortalecerem os laços entre os atores sociais das comunidades e ajudarem a viabilizar ações na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. Em alguns casos, a economia capitalista divide espaço e é relativamente minimizada pela economia solidária. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2014), economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, sem que haja exploração das pessoas e degradação ambiental. Baseia-se na cooperação e fortalecimento dos grupos produtivos, na busca pelo bem-estar individual e coletivo.

Também Silva e Rodriguez (2013), ao abordarem os modelos econômicos no contexto da discussão sobre sustentabilidade, destacam alguns pressupostos da economia solidária: (1) a sociedade civil procura o empoderamento para construir os sujeitos de seu próprio território; (2) a colaboração solidária é a forma predominante da relação social; (3) há um projeto comum de respeito mútuo e de desenvolvimento de cada cidadão e comunidade; (4) a democracia é um espaço socioeconômico dirigido pelo compartilhamento e essencial na matriz de ações; (5) todos são lideranças legítimas, que compartilham responsabilidade pela tomada de decisões.

Na reestruturação paradigmática dos processos de desenvolvimento com sustentabilidade, deve-se ter em conta os seguintes aspectos: democracia, participação, justiça

social, informação, controle e gestão social, investimentos sociais e desenvolvimento socioterritorial. (ZAPATA, 2000)

É neste contexto que estão o turismo alternativo, sustentável e de base comunitária, que consistem em alternativas para o desenvolvimento local a partir de iniciativas e organização social, com a utilização de ambientes de forma sustentável, visando um maior comprometimento com o patrimônio natural e cultural dos destinos, além da participação efetiva das comunidades locais durante os processos.

Neste sentido, as experiências de Turismo de Base Comunitária, que ocorrem na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, ganham força ao valorizarem as redes de parcerias e exercitarem a economia solidária, gerando o empoderamento de atores sociais locais e o fortalecimento do território enquanto espaço de identidade local reconhecida e apropriada pela comunidade.

Duas iniciativas de Turismo de Base Comunitária: um olhar para o desenvolvimento local

São apresentadas neste artigo breves descrições das duas iniciativas de Turismo de Base Comunitária selecionadas para a pesquisa: a Associação Peixe-boi, em Porto de Pedras, Alagoas; e a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), em Icapuí, Ceará. Ambas as iniciativas são empreendidas e geridas pelas comunidades locais.

As informações aqui dispostas foram obtidas a partir das atividades de campo realizadas durante a pesquisa, que incluíram, conforme mencionado, observações, conversas informais, registros fotográficos, vivências turísticas, entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas.

A primeira iniciativa, a Associação Peixe-Boi, localiza-se no município de Porto de Pedras (Figura 01), que se destaca no Litoral Norte de Alagoas, conjuntamente com seu vizinho São Miguel dos Milagres, como destino turístico, por suas praias tranquilas e ricas em belezas naturais e biodiversidade, ressaltando-se a forte presença de peixes-bois marinhos, mamíferos aquáticos mais ameaçados de extinção do Brasil, o que confere a esta localidade mais um diferencial como atrativo turístico.



Figura 01: Localização do Município de Porto de Pedras - AL, na Região Nordeste do Brasil.
Fonte: IBGE (2000). Organizado por Rodrigues (2015).

De acordo com as observações locais, realização de entrevistas e oficinas participativas, verificou-se que a Associação Peixe-Boi foi criada em 2009 para trabalhar o turismo de observação do peixe-boi de forma ordenada. Surgiu de um contexto de conflito socioambiental, tendo em vista que na localidade a visitação turística para observação desta espécie começou a ocorrer desordenadamente, gerando impactos negativos aos peixes-bois, aos ecossistemas e ao turismo local. A criação da Associação é decorrente do processo de regulamentação da atividade, através de um Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Ministério Público, que definiu regras para minimizar os impactos da atividade e ampliar os benefícios comunitários.

As visitas guiadas, que são realizadas através de passeios pelo manguezal do rio Tatuamunha, são realizadas por pessoas da comunidade local, que atuam como condutores e remadores das jangadas, todos credenciados e integrantes da Associação Peixe-Boi, que realiza o TBC tendo como atividade principal o turismo de observação do peixe-boi marinho. Os associados se organizam de forma coordenada e compartilhada, seguindo uma escala de trabalho em que se alternam nas atividades, de maneira equitativa. Ainda de acordo com a pesquisa, a Associação Peixe-Boi envolve diretamente cinquenta e um associados, que são beneficiados pela oportunidade de geração de trabalho e renda, sensibilização ambiental e atuação social comunitária. Atualmente a Associação destaca-se por sua importante contribuição para o desenvolvimento local através da prática do turismo, que envolve e gera benefícios à comunidade, contribuindo também para a conservação ambiental.

O turismo de observação do peixe-boi, que é também de contemplação do manguezal é o principal serviço oferecido pela Associação, entretanto em 2014 os associados, na intenção de ampliar as possibilidades de geração de renda para a população local e diversificar a oferta de produtos aos visitantes, passaram a produzir e vender também sabonetes, essências de cheiro, camisetas, bonés, sandálias, canecas e garrafas d´água – todos alusivos ao turismo de observação do peixe-boi (Figura 02). Os associados relatam que desejam também oferecer outros serviços turísticos, como trilhas terrestres e outros passeios, além de aluguel de

bicicletas. Essa diversificação econômica vem incrementar a iniciativa da atividade turística na perspectiva do desenvolvimento local.



Figura 02. Turismo de observação do peixe-boi, empreendido pela comunidade local (I); Lojinha da Associação Peixe-Boi, com produtos feitos pelos associados (II).

Constata-se que desde o início do turismo de observação e, sobretudo, a partir da criação da Associação Peixe-Boi, houve um aumento efetivo na geração de trabalho e renda para a comunidade de Porto de Pedras (e de São Miguel dos Milagres). A renda direta mensal gerada aos associados ajuda na sustentabilidade econômica de suas famílias, contribuindo para a melhoria do poder aquisitivo e de suas qualidades de vida. Mas, além das pessoas envolvidas diretamente com a Associação Peixe-Boi, outros segmentos comunitários são, também, beneficiados pela dinâmica da atividade turística local.

Em Porto de Pedras o Turismo de Base Comunitária ocorre de forma clara e organizativa na Associação Peixe-Boi, mas também se observa a ampliação do envolvimento e benefícios às comunidades locais em outras iniciativas e empreendimentos de pessoas da comunidade. A partir do turismo de observação, a localidade teve um incremento na atividade turística, gerando melhorias também para artesãos, donos de restaurantes e de pousadas, pequenos comércios e serviços.

Observa-se também o envolvimento da Associação Peixe-Boi em ações socioambientais comunitárias coletivas, integradas a outras organizações locais, a exemplo dos mutirões de coletas de lixo nas praias e áreas ribeirinhas, como ocorre no "Movimento Cidade Verde, Rio Limpo", que acontece em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. Em ações como essa, a Associação Peixe-boi atua de forma articulada junto a organizações como a Associação Milagrense de Turismo Sustentável (AMITUS), Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente (ARIBAMA), Associação dos Jangadeiros dos Milagres, ICMBio/APA Costa dos Corais, Instituto Yandê e Fórum Socioambiental da APA Costa dos Corais.

Ressalta-se também a participação da Associação Peixe-Boi em espaços de discussões e formulações de políticas públicas de turismo e meio ambiente, a exemplo do Conselho da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (CONAPAC), do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de São Miguel dos Milagres e do Conselho de Segurança de Porto de Pedras. Dentre estes, destaca-se o CONAPAC, que é um conselho ativo e que gera muitos movimentos de discussões de temáticas socioambientais, incluindo o turismo. O Conselho de Turismo de São Miguel foi criado em 2013, mas não tem tido reuniões.

Desta forma, verifica-se que a atuação da Associação Peixe-boi é uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária que integra uma rede local de relações que contribuem para a melhoria de questões relativas a turismo, cidadania e conservação ambiental.

A segunda iniciativa pesquisada foi a ASTUMAC, localizada na Praia de Ponta Grossa, no Município de Icapuí (Figura 03), Litoral Leste do Ceará. É uma organização local que tem como principal foco o Turismo de Base Comunitária, que na localidade é desenvolvido de forma integrada às questões de conservação ambiental e cultural, sendo as belezas naturais, a cultura pesqueira e o histórico de organização comunitária são alguns dos principais atrativos locais.

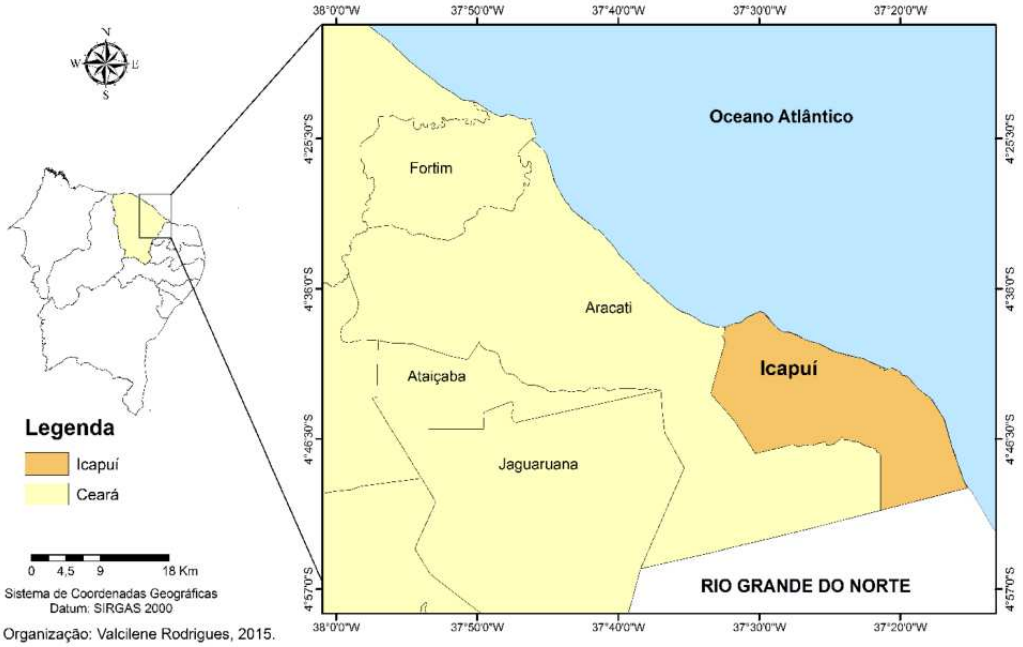

Figura 03: Localização do Município de Icapuí - CE, na Região Nordeste do Brasil
Fonte: IBGE (2000). Organizado por Rodrigues (2015).

As entrevistas e relatos dados durante as oficinas apontam que a comunidade de Ponta Grossa despertou para o turismo quando a pesca (especialmente da lagosta) diminuiu e a população local começou a visualizar o turismo como oportunidade e alternativa complementar de renda, ao observar que muitos turistas passavam por Ponta Grossa sem gerar benefícios para a localidade, ao realizarem o passeio de *buggy* entre as praias vizinhas Canoa Quebrada e Redonda. Aos poucos a comunidade local foi começando a empreender a oferta de serviços de alimentação e hospedagem, para aproveitar este público passante. Foi nessa época, em 1998, que foi criada pela comunidade a ASTUMAC, com o intuito de lidar com as questões relacionadas a turismo, meio ambiente e cultura.

Desde o início da atividade turística em Ponta Grossa houve um planejamento turístico comunitário, através do qual definiu-se coletivamente o perfil do público e do turismo que os moradores locais desejavam, visando evitar que o turismo ocorresse na localidade de forma massiva e desordenada. A partir daí a comunidade incorporou no seu dia a dia a atividade turística de forma comunitária, com geração de benefícios coletivos, com respeito à cultura local e com conservação ambiental. Observa-se que a ASTUMAC desempenha um importante papel para o desenvolvimento local, articulando os empreendedores comunitários que atuam no turismo e ajudando a manter a filosofia e a prática do TBC na localidade.

Formada por vinte e cinco associados, todos são pessoas da comunidade local, nativos de Icapuí, membros das famílias de Ponta Grossa. A maioria são pescadores e empreendedores do turismo: donos de pousadas, barracas/restaurantes, lanchonetes. Há

também os que trabalham no turismo como guias/condutores, garçons, fotógrafos amadores, entre outros.

A ASTUMAC tem uma atuação política e de organização da comunidade para discussões e conquistas por melhorias coletivas do turismo na localidade, buscando capacitações, parcerias, melhorias estruturais, ordenamento do espaço turístico, entre outros. Também articula e organiza em forma de roteiros os serviços turísticos que são ofertados por empreendedores locais, que são também associados. A Associação facilita esse processo, mas os serviços são prestados por cada empreendedor.

A Associação faz a roteirização a partir da articulação com os serviços oferecidos pela comunidade, como meios de hospedagem, serviços de alimentação, passeios de barco, trilhas guiadas e visitas ao museu arqueológico local. Para grupos maiores ou de interesse específico, costuma também oferecer uma roda de conversa sobre a história da comunidade, suas formas de organização e Turismo de Base Comunitária (Figura 04).



Figura 04: Condutor local acompanhando um grupo de visitantes na trilha na restinga e dunas (I); Roda de conversa entre comunitários e visitantes (II).
Fotos: Maíra Braga, 2014.

Os associados relatam que desde o início das atividades turísticas em Ponta Grossa, o aumento das oportunidades de trabalho e renda para a comunidade tornou-se cada vez mais significativo. Os associados estimam que cerca de quarenta por cento das setenta famílias locais lidam diretamente com o turismo, enquanto que os demais são beneficiados indiretamente, inclusive com a pesca, que teve sua venda potencializada pelo turismo local.

É importante observar ainda que a ASTUMAC participa de espaços de discussões e formulações de políticas públicas de turismo e meio ambiente, tendo assento no Conselho da Área de Proteção Ambiental - APA Municipal de Ponta Grossa, no qual tem uma participação ativa e protagonista, e no Conselho Municipal de Turismo de Icapuí (que não tem tido reuniões).

Inclusive relata-se que a comunidade de Ponta Grossa teve um papel fundamental, influenciando a criação da APA municipal, em 1998, quando na mesma época estavam estruturando as primeiras atividades turísticas e a própria Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura. Esse fato evidencia que a comunidade sempre teve a preocupação de ao mesmo tempo em que buscava potencializar o uso turístico do espaço para o desenvolvimento local e a geração de renda, também buscava mecanismos para a conservação ambiental e uso sustentável do espaço. Além desses conselhos, destaca-se também participação da ASTUMAC no contexto da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum, como uma das iniciativas que servem de referência para outras experiências.

Dessa forma, verifica-se que tanto a Associação Peixe-Boi, em Alagoas, como a ASTUMAC, no Ceará, são inciativas de Turismo de Base Comunitária que contribuem significativamente para o desenvolvimento local sustentável, por gerarem benefícios socioambientais às localidades onde ocorrem, como trabalho e renda, valorização da cultura, conservação ambiental e participação efetiva da população local.

CONCLUSÕES

Visualiza-se que o Turismo de Base Comunitária pode ser uma interessante e importante alternativa para o desenvolvimento de localidades e comunidades na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, destacando-se neste artigo o Litoral do Nordeste, onde lugares com vocações turísticas tendem a ser pressionados por ocupações de veraneio e grandes empreendimentos turísticos. As formas alternativas que as comunidades têm encontrado de se manter nos seus lugares e de se inserir na atividade do turismo apontam para possibilidades de participação, escolhas, poder de decisão e ampliação da geração de renda, aspectos considerados centrais nos processos de desenvolvimento local.

Entretanto, o que este artigo aponta, ao abordar o modelo de desenvolvimento turístico com políticas públicas geralmente excludentes do setor e com a produção de espaço turístico realizada predominantemente por interesses de grupos hegemônicos, são algumas reflexões importantes para que seja pensado como fazer acontecer o Turismo de Base Comunitária como um modelo diferenciado e que de fato aponte para uma perspectiva de sustentabilidade. É importante pensar, por exemplo, que estratégias e políticas de turismo as comunidades e organizações que trabalham com o turismo comunitário precisam e desejam; e que formas de participação social e espaços sociopolíticos estas comunidades estão exercendo e ocupando, e que devem ser fortalecidos.

Reflete-se também sobre que fatores favorecem o desenvolvimento de iniciativas de Turismo Sustentável de Base Comunitária em ambientes litorâneos no Nordeste brasileiro, frente ao fato de que as políticas públicas de turismo geralmente não contemplam, incentivam ou apoiam este tipo de iniciativa. Observa-se que as iniciativas de TBC têm surgido como impulso próprio das comunidades ou a partir de incentivo de organizações parceiras, geralmente organizações da sociedade civil ou universidades, entretanto sempre baseadas na realidade local. Os fatores motivacionais para o surgimento de iniciativas de TBC às vezes decorrem de conflitos socioambientais - em algumas ocasiões relacionadas a problemáticas que envolvem diretamente a prática do turismo, como foi o caso da experiência de Porto de Pedras/AL; e outras vezes decorrem de oportunidades que se evidenciam para a localidade, como foi o caso da experiência de Ponta Grossa/CE.

A partir do estudo destas duas experiências, verifica-se que a existência das iniciativas de Turismo de Base Comunitária provocou mudanças significativas nas realidades locais. Em Porto de Pedras a atuação da Associação Peixe-Boi fez com que o conflito que originou a iniciativa fosse superado, tendo em vista que a situação de um turismo desordenado em torno do peixe-boi deu lugar à oportunidade de trabalhar o turismo de observação de forma sustentável, consolidando esta prática de turismo e o TBC na localidade. Em Ponta Grossa a comunidade aproveitou a oportunidade apontada pelos visitantes passantes, empreendeu o turismo e fortaleceu a gestão comunitária com a criação e funcionamento da ASTUMAC, tornando-se referência nacional através de suas práticas de TBC, servindo de inspiração para outras iniciativas e reflexões acadêmicas e de construção de estratégias e políticas para o Turismo de Base Comunitária.

Observa-se que este é um tema de forte relevância social, considerando que o TBC pode ser uma importante estratégia para o desenvolvimento local sustentável, ampliando as

possibilidades de renda, valorização de culturas e ambientes locais, inserção social e empoderamento comunitário, contribuindo também para reflexões que conduzam a sociedade a um desenvolvimento mais justo e equilibrado. Estes aspectos puderam ser observados nas experiências em Porto de Pedras/AL e Ponta Grossa, Icapuí/CE. Por tanto, pode-se afirmar que as iniciativas estudadas apontam para um caminho de desenvolvimento local, uma vez que ambas mostram que as comunidades se organizaram para planejar, empreender, executar e coordenar o turismo local, gerando inclusão social e renda aos associados e outros representantes das populações locais e dinamizando o espaço social e turístico.

É fundamental que as práticas de Turismo de Base Comunitária sejam consolidadas, sempre baseadas na valorização cultural e social, respeito ao ambiente, economia solidária e governança democrática, na busca pelo desenvolvimento local sustentável. Só assim esta nova forma de fazer turismo torna-se real, configurando um novo paradigma do turismo, que viabiliza o desenvolvimento local, em contraposição ao paradigma do turismo globalizado e do capitalismo excludente, configurando-se como um turismo que contribui para a dinâmica socioeconômica da comunidade, pois faz com que se amplie a distribuição de benefícios locais e possibilite escolhas, participação e tomadas de decisão compartilhadas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARTHOLO, Roberto (Coord.). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFRJ, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília, 2010.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 26-44.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

FENNELL, David A . **Ecoturismo:** uma introdução**.** São Paulo: Contexto, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 81-105.

LOUREIRO, Janaína; BRAGA, Maíra; SELVA, Vanice; MOTTA, Zilda. Ecoturismo e Desenvolvimento Local para a RPPN de Maracaípe-PE. In: CORIOLANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz. **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza, EDUECE, 2003, p. 301-325.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. 1 ed. 3 reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ONU, COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

REDE TUCUM. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Rosa Martins (Org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante**: um desafio impossível? Estudos Avançados. São Paulo, v.11, n.30, mai/ago 1997.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antônio Carlos. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. *In:* CORIOLANO, Luzia Neide; LIMA; Luiz Cruz (Orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Social**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p 161-172.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Uma abordagem acerca de políticas públicas e gestão municipal do turismo. In: CASTILHO, Cláudio J. M.; SELVA, Vanice S. F. (Orgs**.). Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 35-52.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Edson Vicente; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ZAPATA, Tânia (coord.). **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local.** BNDES - Cooperação Técnica do PNUD. Recife, 2000.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável (Org. Sylvia Mitraud). Brasília: WWF Brasil, 2003.

www.mte.gov.br, acessado em 24/09/14.

www.projetobagagem.org, acessado em 10/08/2014.

www.tucum.org.br, acessado em 25/08/2014.

AGRADECIMENTOS:
Às comunidades locais de Ponta Grossa/CE e Porto de Pedras/AL, pela receptividade.
À Fundação Mamíferos Aquáticos, pelo apoio institucional à pesquisa.
Ao PRODEMA/UFPE, por aportar esta pesquisa no âmbito do curso do mestrado.
À CAPES, pelo apoio à pesquisa através da concessão de bolsa.

Recebido para publicação em outubro de 2015

Aceito para publicação em janeiro de 2016